

# Vinda de carente será investigada pela SDS

**Carmem Cruz**

A secretária de Desenvolvimento Social, Maria do Barro, que completou sexta-feira 69 anos, anunciou que irá investigar junto aos albergados do Centro de Apoio Social (CAS), junto aos migrantes que chegam pela Rodoferroviária e aos mendigos nas ruas, quais entre eles foram estimulados por governantes de outros estados a virem para Brasília. Segundo a secretária, as motivações destas famílias sempre foram conhecidas do Governo do Distrito Federal, mas o CAS nunca havia se preocupado em saber se a vinda era ou não financiada.

Maria do Barro informou que hoje há mil e quatro pessoas em trânsito por Brasília e, destas, 792 vieram à procura de trabalho, apesar de não terem qualquer qualificação profissional. Em busca de tratamento de saúde 351 chegaram a Brasília e foram albergadas pelo CAS. Outras 137 estão à procura de parentes, 133 querem moradia, 32 buscam resolver questões jurídicas e 81 vieram

por outros motivos. Segundo ela, chegam diariamente de 30 a 40 pessoas carentes na Rodoferroviária de Brasília.

De outubro do ano passado a maio deste ano, o CAS atendeu a duas mil 630 pessoas, albergando a cada mês, cerca de 300 novos migrantes. De acordo ainda com estatísticas apresentadas pela secretária Maria do Barro, dos albergados do CAS, hoje, 389 vieram de Barreiras, de Irecê e Salvador (BA). De Goiás, vieram 387, saídos principalmente de Goiânia, Anápolis e de Formosa. Outros 395 são oriundos de São Paulo, Campinas e Ribeirão Preto (SP), 322 são de Minas Gerais e outros 212 chegaram do Ceará.

**Triagem** — Muitos dos que chegam, conforme declarou Maria do Barro, evitam a triagem do Centro de Apoio Social porque são levados a tomar uma decisão. Ou têm que arrumar trabalho, ocupação, ou não ficam. “Mas é difícil, porque eles chegam doentes, fracos e quase sempre inabilitados para o trabalho. Ficam no albergue durante 30 dias e depois têm que ir embora”, justificou

a secretária. No albergue eles recebem alimentação e são encaminhados ao tratamento de saúde. Com passagens de volta, o GDF gasta Cr\$ 4 milhões por mês.

Entre os albergados estão os mendigos, que não se constituem em público alvo do CAS, criado para atender famílias de migrantes. “Por isso, apesar de sempre termos acolhido os mendigos, estamos tentando convênios com instituições religiosas que possam prestar aos mendigos o apoio psicológico necessário”, disse Maria do Barro. Diariamente, segundo ela, duas ou três kombis do CAS percorrem a cidade detectando a presença de famílias carentes e de mendigos. “Eles são orientados a procurar o albergue e a tomar decisões, mas muitos resistem e ficam por aí esperando que a situação se resolva com o tempo”, acenou.

**Profissionalização** — Maria do Barro explicou que em 30 dias o albergado não chega a receber treinamento ou qualificação profissional efetiva do CAS. “Montamos pequenas oficinas para car-

pinteiros e pedreiros dentro do albergue mas pretendemos aperfeiçoar esta mão-de-obra através de convênios com o Senai”, afirmou. De acordo com a secretária os migrantes são sempre pessoas rudes, pouco preparadas. “Mais de 70 por cento vêm da área rural, onde foram obrigados a abandonar a terra por falta de condições. Só uma reforma agrária pode resolver esse problema de migração”, garantiu.

Ela lembrou que muitos daqueles que saem de seus estados rumo ao Distrito Federal já sabem que o GDF faz uma triagem na Rodoferroviária, por isso saltam em Taguatinga ou até em cidades do Entorno. “Só uma articulação com a Secretaria do Entorno irá garantir um controle de todos aqueles que chegam ou saem da cidade”, ponderou. Quanto à denúncia feita pelo **CORREIO BRASILIENSE**, Maria do Barro, afirmou que os outros governantes, mesmo com falta de recursos e outras dificuldades devem usar estratégias específicas para reter estas famílias nos seus locais de origem.